

OS ECONOMISTAS E SUAS ESCOLAS

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S. Paulo, 06.09.1983

A substituição de Carlos Langoni por Afonso Celso Pastore na presidência do Banco Central é, de fato, um fenômeno interno ao grupo de economistas conservadores ou neoclássicos no poder. Tem, portanto, basicamente razão o próprio Ministro Delfin Netto, que comanda a política econômica do país, quando afirma que nada de essencial mudará nesta área.

Langoni em sua carta e em sua entrevista de demissão afirma que demitiu-se porque não aceitava as metas prometidas ao FMI para 1984: 55% de inflação e zero de déficit público. Poder-se-ia depreender daí que teria sido em seu cargo um paladino de uma alternativa não recessiva para a crise econômica brasileira. Esta interpretação, entretanto, é obviamente falsa. Como economista monetarista ortodoxo que é, defendeu sempre a recessão. Saiu provavelmente devido a divergência pessoais. O máximo que se pode afirmar é que não considera econômica e politicamente realistas os objetivos acordados com o Fundo e decidiu atribuir a este fato, aliás, óbvio sua saída.

Na verdade, se formos comparar, em termos de formação teórica, Langoni e Pastore, deve-se assinalar que na graduação das ortodoxias ou dos conservadorismos, a posição do primeiro é mais rígida. Langoni é um neoclássico monetarista estrito senso. Pastore um neoclássico fiscalista.

Os economistas podem classificar-se hoje, em escala que vai da direita para a esquerda, em três escolas: (1) conservadores e neoclássicos, no Brasil também chamados de monetaristas em sentido amplo; (2) reformistas ou Keynesianos e neomarxistas, no Brasil também chamados estruturalistas; e (3) revolucionários ou marxistas-leninistas. Entre os conservadores ou neoclássicos temos três subgrupos, os economistas de oferta, os

neoclássicos fiscalistas ou da síntese neoclássica e os monetaristas estrito senso ou friedemanianos.

Os economistas de oferta constituem um caso a parte, tecnicamente pouco expressivos. O pensamento econômico conservador divide-se realmente entre os monetaristas, que pretendem controlar a economia basicamente através do rígido controle da quantidade de moeda e das expectativas que se formam em torno desse controle e os neoclássicos fiscalistas, que orientam todo o seu esforço para a eliminação do déficit público.

Ambas as escolas entendem que a forma de resolver o desequilíbrio externo e a inflação é através da recessão. Nesse sentido concordam inteiramente com os economistas do FMI. A diferença maior está na forma de provocar a recessão, e assim reduzir a demanda agregada. Os monetaristas preferem a via do corte de crédito e da quantidade de moeda com a conseqüente elevação da taxa de juros, enquanto os fiscalistas, entre os quais se incluem a maioria dos economistas do Fundo, sem desprezar esse instrumento monetário preferem provocar a recessão ou cortar o “excesso de demanda através da redução das despesas do Estado que levaria ao equilíbrio orçamentário.

Entre os economistas neoclássicos fiscalistas, Pastore é provavelmente um dos mais capazes que este país possui. Embora não concorde com suas posições teóricas, que considero inadequadas para controlar uma economia capitalista monopolista, estatal e subdesenvolvida ainda que industrializada como a brasileira, respeito-o como economista. Os problemas que enfrentará são gravíssimos: não apenas uma dívida externa de mais de 90 bilhões de dólares mas também uma dívida interna que já atinge 16 trilhões de cruzeiros. Diante da magnitude desses problemas, da falta de legitimidade política do governo, e da inadequação dos modelos teóricos que utilizara, é pouco provável que alcance êxito. Tentará baixar a taxa de juros, mas esse objetivo conflitará com a recessão exigida pelo FMI. Poderá reduzir a inflação e o desequilíbrio externo, mas a um custo econômico e social desproporcional aos resultados eventualmente alcançados. Seu esforço, entretanto, será para minimizar esse custo. Vamos esperar que tenha sorte.(06/09)